



EDITORIAL

As instituições integrantes da Reunião de Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos países de Língua Portuguesa – RIPAJ têm a honra de divulgar a segunda edição do Boletim Informativo da RIPAJ.

Esta publicação objetiva promover um intercâmbio informacional institucional pertinente à atuação das instituições públicas de assistência jurídica dos países membros da RIPAJ - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, divulgando suas ações e boas práticas.

Segundo princípios da Declaração Constitutiva deste Foro, objetiva-se o fortalecimento das instituições públicas de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas em condição de vulnerabilidade jurídica e econômica dos países membros da CPLP. Ainda se constitui como missão da RIPAJ criar um sistema estável de coordenação e cooperação entre instituições públicas de assistência jurídica dos países lusófonos, provendo a devida qualidade e excelência, toda vez que tal direito for pleiteado pelas pessoas em vulnerabilidade jurídica e econômica, seja no campo civil ou penal.

Nessa perspectiva, incluem-se no Boletim Informativo ora apresentado notícias e destaques dos 9 países membros da RIPAJ, considerando suas diversidades, contextos históricos e culturais, arcações jurídicos e atualidades. Fazemos votos de que este Boletim Informativo seja mais um incentivo para cooperar com a integração destes países em consonância com os objetivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

SUMÁRIO



ANGOLA

3



BRASIL

5



CABO VERDE

7



GUINÉ-BISSAU

10



GUINÉ EQUATORIAL

11



MOÇAMBIQUE

12



PORTUGAL

13



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

14



TIMOR-LESTE

15

CERIMÔNIA DE PASSAGEM DE PASTA NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DA ANGOLA

No dia 20 de Setembro de 2022, na Sala Nobre do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, decorreu a cerimônia oficial de passagem de pasta do ministro cessante, Francisco Queiroz, para o novo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Marcy Lopes.



Estiveram presentes no ato os Secretários de Estado, Directores e consultores da referida instituição.

Após a cerimônia, o novo ministro manteve um encontro com os membros do Conselho de Direcção do Ministério e com os Delegados Províncias da Justiça e dos Direitos Humanos via online.

Seguidamente, o ministro fez uma visita guiada às instalações da sede do Ministério.





"Saúde e bem-estar, junto de vossa estimada família e uma óptima jornada laboral.

Bem hajam e que Deus vos acompanhe."

– Francisco Queiroz

Luanda, 20 de Setembro de 2022

“

Chegado o fim do meu mandato a frente dos destinos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, venho com muito prazer manifestar a minha gratidão por todo apoio que me foi prestado durante o cumprimento da minha missão ao serviço da nação, a partir deste importante departamento ministerial de auxílio ao Poder Executivo. Apoios sem os quais não seria possível alcançar os resultados preconizados.

Parto com o sentido do dever cumprido, mantendo sempre aceso o orgulho de ser justiça com transparência, lealdade e rigor, princípios que nortearam todo o nosso trabalho em prol da população que temos o grato prazer de sempre continuar a servir.

”





DPU PARTICIPA DE ENCONTRO EM MOÇAMBIQUE

Além do subdefensor público-geral federal, Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, representaram a DPU na missão o diretor geral da Escola Nacional da DPU (ENADPU), Cesar de Oliveira Gomes, e o secretário-geral de Articulação Internacional (SGAI), Gabriel Saad. Os representantes da DPU apresentaram um histórico da evolução constitucional da Defensoria Pública e dialogaram sobre projetos e iniciativas para a promoção dos direitos humanos.

Encontro realizado no último dia 17 de junho em Moçambique, no sudeste africano, entre representantes da Defensoria Pública da União (DPU), do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e autoridades do sistema de justiça de Moçambique, reforçou a perspectiva de aproximação e intercâmbio técnico entre as instituições de ambos os países.

“

A visita a Moçambique, além de um intercâmbio de experiências institucionais, bem como um apoio da DPU ao modelo de assistência jurídica existente naquele país, representa, igualmente, um grande passo para o fortalecimento das instituições de países de língua portuguesa que prestam assistência jurídica aos necessitados nessas nações.

”

— Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior

A cooperação internacional entre a DPU e o IPAJ se desenvolve desde o ano de 2010 e o encontro permite intensificar a relação entre a DPU e autoridades da nação africana.



A língua portuguesa, apesar de única língua oficial da República de Moçambique, é a segunda língua falada por metade da população de cerca de 30 milhões de pessoas.





A Ministra da Justiça, Dra. Joana Rosa, assegurou, esta quarta-feira, 05 de outubro, que a implementação do Sistema de Informatização e Gestão Prisional (SIGP) enquadra-se no âmbito da estratégia do Ministério da Justiça, através da Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social, para com a melhoria de procedimentos, gestão em conformidade com as linhas de orientação do Programa do Governo em relação à Reforma e Simplificação Administrativa. A governante fez essa afirmação durante a sua intervenção no ato de apresentação SIGP, na Cadeia Central da Praia.

“ TRATA-SE DE UM SISTEMA ENQUADRADO DENTRO DAQUILO QUE É A MODERNIZAÇÃO DO SETOR DA JUSTIÇA. ”

“Trata-se de um sistema enquadrado dentro daquilo que é a modernização do sector da Justiça e que visa uma gestão prisional muito inteligente porque vai poder receber dados e ter várias valências, desde a gestão da entrada dos reclusos, a permanência e a saída”, disse a Ministra após a apresentação do SIGP.

CABO VERDE PROMOVE MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE JUSTIÇA

Segundo referiu, a sistema vai agora registar todo o trabalho que tem de ser feito dentro da cadeia e depois a parte que tem que ver com o acompanhamento dos tribunais e ajudar em decisões, como é exemplo a liberdade condicional.

O SIGP

O SIGP é um dos 3 sistemas estratégicos que compõe o chamamos de triângulo para transformação digital da Justiça. Estará integrado a mais dois sistemas importantes: Sistema de Informação da Justiça (SIJ) e Portal da Justiça com a seguinte finalidade individual, mas funcionando como um todo.



O SIGP irá debruçar sobre atividades da gestão prisional e reinserção social, mas comunica com outros, nomeadamente SIJ, Portal da Justiça, mas também SNIAC e RNI na matéria de identificação de reclusos automaticamente

O SIJ terá como domínio a tramitação processual eletronicamente. Comunicará com outros sistemas autorizados, especialmente SIGP e Portal da Justiça, mas também outros sistemas judiciais (PN e PJ), SNIAC e RNI na matéria de identificação dos intervenientes;

O portal da justiça será para o cidadão sua porta de entrada e acesso à “Justiça Digital”. Comunicará com o SIJ e SIGP, mas também outros sistemas de suporte no domínio da Justiça, dos quais SNIAC e RNI. Passará a suportar pedidos online tais como: renovação online e segunda via dos documentos eletrónicos de identificação como CNI principalmente, mas também passaporte (PEC), pedido das certidões civil (nascimento, casamento, perfilhação, óbito), mas também criminal (registo criminal), predial, comercial e automóvel, e outros que serão integrados a cada fase da sua evolução; suportará ainda serviços de marcação/agendamento (por exemplo, para visita nas cadeias, atendimento presencial nas conservatórias, etc.), audiência (no ministério ou numa instância judicial) e contraprova (validação de documentos emitidos online).





O SIGP vai permitir que todas as cadeias tenham acesso, passam a funcionar em rede, partilhando dados ou informação de forma controlada e segura, ganhando tempo na elaboração de relatórios entre outras atividades de gestão. Está pensado para suportar todo o ciclo de vida do recluso, desde entrada a saída.

Em detalhe, permitirá resolver problemas abaixo descritos:

- O acesso à informação em tempo real e segura aos intervenientes
- Processo de tomada de decisões
- Integridade da informação, e uniformização do sistema prisional
- Custos com impressão de documentos e deslocações
- Acesso a informações e dos documentos em tempo real
- Controlo nos custos dos serviços de transferências de detentos
- Eficiência no cumprimento dos procedimentos da libertação de um recluso
- Produção de relatórios para quem toma decisão
- Comunicação com outros sistemas Judiciais
- Gestão dos guardas prisionais
- Gestão das visitas a presos
- Ocorrências ou incidentes dentro das Prisões





GUINÉ-BISSAU REALIZA PALESTRA SOBRE PODER JUDICIAL

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou esta sexta-feira uma Palestra sob tema: Desafios Contemporâneos do Poder Judicial. Foi a última de uma série de três palestras, inseridas nas actividades comemorativas do Dia Nacional de Justiça que se assinala no próximo dia 12 deste mês.

A Palestra desta sexta-feira foi orada pelo Dr. João André da Silva, Conselheiro do PSTJ e que desempenha ao mesmo tempo o cargo de Secretário-geral no Supremo Tribunal contou com a participação de Advogados estagiários.

FONTE: Página Oficial do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau



Esta é a primeira visita do Chefe de Estado da Guiné Equatorial à sede da CPLP. A República da Guiné Equatorial foi admitida como membro de pleno direito da CPLP na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada a 23 de julho de 2014, em Díli.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL VISITA SEDE DA CPLP

FONTE: Site Oficial da CPLP



O Presidente da República da Guiné Equatorial, Teodoro Nguema Mbasogo, visitou a sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no dia 28 de junho de 2022, onde foi recebido em sessão solene pelo Secretário Executivo da CPLP, Zacarias da Costa, e pelos Representantes Permanentes dos Estados-Membros junto da CPLP.

GUINÉ-EQUATORIAL





**FONTE: Portal Oficial do
Instituto de Patrocínio e
Assistência Jurídica**

MOÇAMBIQUE REALIZA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Realizado pela Direção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Justiça Assunto Constitucionais e Religiosos, a Conferencia Internacional dos Direitos Humanos aconteceu na sede da IPAJ em Maputo no dia 28 de junho de 2022.

Foram feitas apresentações de dois temas nomeadamente.

O primeiro assunto gerou debate sobre os "Sistemas Africano dos Direitos Humanos e o seu Impacto na Ordem da Jurídica Interna", contando com a exposição de Orador Claudio Mate, Diretor Nacional de Planificação e Cooperação.

Posteriormente, a oradora Paula Viegas, Docente da Universidade de Coimbra, palestrou sobre "Direitos Humanos e Perspectiva Multinível: um novo paradigma."

O debate foi moderado pelo Diretor Geral do IPAJ, Justino Tonela.



MOÇAMBIQUE



DGPJ PROMOVEU AÇÃO DE FORMAÇÃO COM GUINÉ-BISSAU



De 19 a 30 de setembro decorreu, por videoconferência, uma ação de formação que teve como destinatários funcionários do Ministério da Justiça da Guiné-Bissau.

Esta ação inseriu-se no âmbito da Cooperação entre o Ministério da Justiça português e guineense e teve como principal objetivo proporcionar aos técnicos o conhecimento das ferramentas necessárias para a produção de atos nas áreas de Legística, Elaboração de Leis Orgânicas e Elaboração de Relatórios Internacionais.

Ministrada por técnicos da DGPJ, designadamente António Delicado, Inês Inverno e Maria José Castello-Branco, esta ação contou com o apoio do Instituto Camões e da faculdade de Direito de Bissau.





CICLO DE CONVERSA DA JUSTIÇA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Ministério da Justiça, Administração Interna e Direitos Humanos realizou, no dia 08 de Julho de 2022, a 3ª Sessão do 1º Ciclo de Conversa da Justiça em São Tomé e Príncipe.

Sob o tema “Democratizar o acesso à Justiça”, a atividade decorreu no Auditório da Câmara Distrital de Mé-Zôchi, presidida Diretora de Gabinete do Ministro da Justiça, Administração Interna e Direitos Humanos, Dr.^a Eloisa Cabinda, em representação do Ministro, e contou com a participação de Presidente da Câmara Distrital, Senhor Américo de Ceita, Representante da Representante Residente do PNUD, Dr. Adérito Santana, Representante do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. José Bandeira Vera Cruz, Representante do Ministério Público, Dr.^a Vera Cravid, Representantes da Polícia Distrital e demais líderes comunitários e individualidades de Mé-Zôchi.



O acesso à Justiça é um direito internacionalmente reconhecido, e ao nível interno a Constituição da República de São Tomé e Príncipe, dispõe no seu artigo 20º que “a ninguém será negado o acesso à justiça sob o pretexto de insuficiência económica”, razão pela qual, o Governo vem trabalhando em sintonia e colaboração com os Atores Judiciais (Tribunais, Ministério Público, Ordem dos Advogados e outros), com apoio do PNUD, para que esse acesso seja uma realidade no País.

FONTE: Portal do
Ministério da Justiça e
Administração Pública e
Direitos Humanos de São
Tomé e Príncipe

O 1º Ciclo de Conversa da Justiça tem por missão a promoção de uma relação próxima de confiança entre os operadores da justiça junto dos cidadãos, fomentando desta feita, o levantamento de todas as principais problemáticas e preocupações de foro jurídico.



TIMOR-LESTE: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DEVEM FLORESCER JUNTOS



“Um verdadeiro oásis”

Isso foi o que disse o presidente do Timor-Leste, José Ramos Horta, em seu discurso na Assembleia Geral, nesta sexta-feira, feito na língua inglesa.

O chefe de Estado timorense afirmou que num mundo com conflitos e com catástrofes causadas por mãos humanas de Mianmar ao Afeganistão, ao Iêmen, à Ucrânia, o Timor-Leste é “um verdadeiro oásis sem assaltos e crime organizado”.

Para o presidente da nação de língua portuguesa, no sudeste da Ásia, a democracia e o desenvolvimento sustentável devem estar de mãos dadas, crescendo juntos.

Ramos Horta elogiou o papel da ONU e do secretário-geral António Guterres ao assegurar o Acordo de Grãos do Mar Negro e encerrou o discurso pedindo o fim da guerra na Ucrânia.

Guerra na Ucrânia é “suicídio mútuo”

Para ele, a Rússia, a Ucrânia e os países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Otan, têm que “engolir o orgulho, rever suas políticas passadas que levaram a esse suicídio mútuo, se afastar das respectivas fronteiras, para que os ucranianos possam reconstruir suas vidas e seu país, e os russos possam se retirar em segurança às suas próprias fronteiras.”

Ao terminar o discurso, ele falou à ONU News que trazia múltiplas mensagens à Assembleia Geral.

“Várias mensagens: uma mensagem obviamente sobre a situação interna de Timor-Leste ou a situação pacífica com Timor-Leste ou a tranquilidade da paz de segurança. E outra mensagem para a comunidade internacional a assumir as suas responsabilidades morais em relação aos países mais afetados do chamado Sul Global. Como consequência da crise internacional das guerras da Ucrânia, da pandemia de Covid-19 e também a consequências de muitos outros fatores que são mais de natureza natural, como os terremotos e inundações geradas que se repetem. Em todo o mundo.”

Durante a intervenção na Assembleia Geral, Ramos Horta afirmou que sua presidência é aberta e não conta com seguranças armados. Ele contou que doa metade de seu salário como presidente para famílias carentes. Com uma política austera, ele proibiu a compra de novos carros para o gabinete e suspendeu o uso de carros oficiais por seus funcionários.



A pandemia da Covid-19, os desastres naturais, guerras e conflitos têm afetado principalmente as populações e países mais pobres.

E a comunidade internacional tem uma obrigação moral de agir para combater esses males sociais, políticos e econômicos.



Segundo o presidente, a delegação timorense que veio a Nova Iorque para a Assembleia Geral tem apenas sete pessoas que estão hospedadas nos “hotéis mais baratos” perto da ONU.



Ramos Horta falou dos desafios que seu país está enfrentando com desastres naturais e as consequências da guerra na Ucrânia após a invasão russa, e o impacto econômico e global do conflito.

Ele agradeceu o apoio das agências da ONU, do mecanismo Covax de vacina contra a Covid-19, e da Austrália, o país vizinho, que socorreu o Timor-Leste com pessoal de saúde para enfrentar a pandemia.

Ao citar a Indonésia, que ocupou o Timor-Leste por mais de duas décadas, Ramos Horta disse que a nação vizinha está cooperando com o seu país em questões de verdade e reconciliação assim como educação.

O presidente disse esperar que o Timor consiga entrar para a Organização Mundial do Comércio, OMC, no próximo ano, assim como para a Asean, a Associação das Nações do Sudeste Asiático.

MURAL CULTURAL

A CADA EDIÇÃO, UM PAÍS DIVULGA UMA EXPOSIÇÃO CULTURAL

NESTA EDIÇÃO, DPU BRASIL APRESENTA

EXPOSIÇÃO FRONTEIRAS DA INFÂNCIA: MIGRAÇÃO E REFÚGIO SOB O OLHAR DA CRIANÇA



EXPOSIÇÃO NA ONU

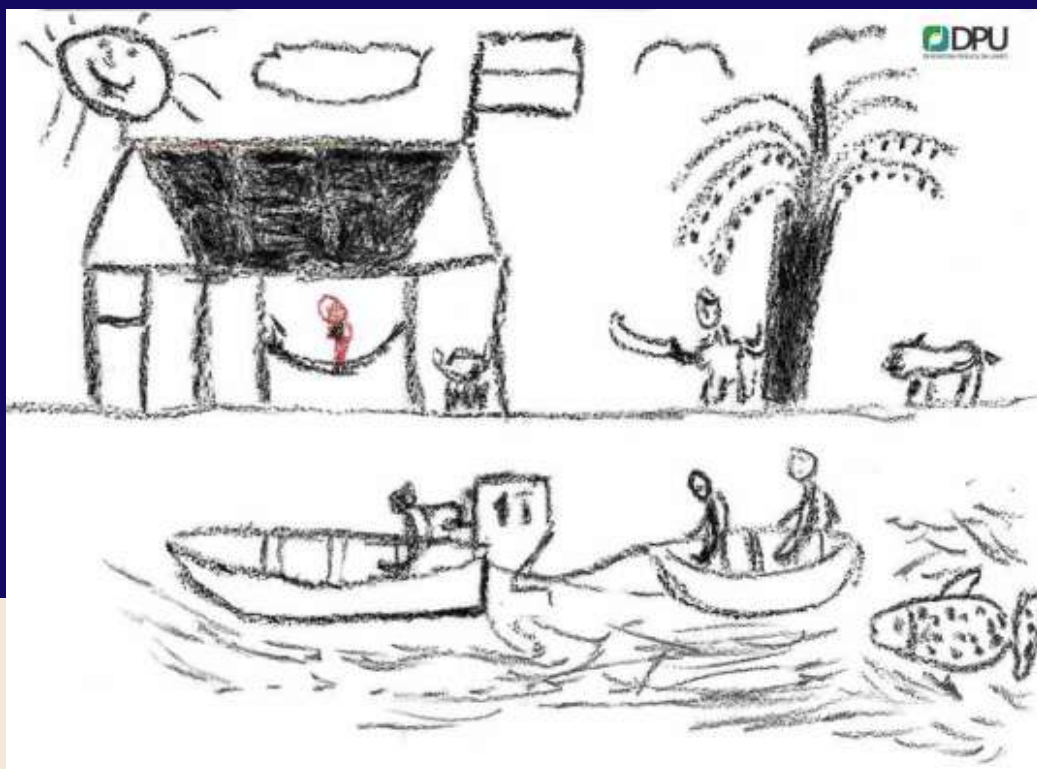
Um trabalho humanitário da Defensoria Pública da União (DPU) ganhou espaço na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Nesta quarta-feira (19), aconteceu a abertura da exposição “Fronteiras da Infância – Migração e refúgio sob o olhar da criança” que conta com desenhos de crianças e adolescentes em situação de migração que foram atendidas pelas DPU em Pacaraima (RR), na fronteira do Brasil com a Venezuela.

A exposição fica no hall de entrada da instituição internacional até 29 de outubro. Coloridos, bonequinhos de palito, bandeiras das duas nações e frases de esperança preenchem os papéis A4 que foram distribuídos às crianças enquanto pais ou responsáveis recebiam orientações e assistência jurídica para regularização migratória. Cerca de 13 mil crianças e adolescentes nessa situação já foram atendidos na sala da DPU desde 2018, quando a Operação Acolhida começou.

Durante a abertura da exposição, o defensor público-geral federal, Daniel Macedo, ressaltou que os desenhos mostram um pouco do relevante trabalho realizado pela DPU, na ONU. “Essa exposição divulga o nome da Defensoria Pública da União para o mundo. A atuação da nossa instituição na Operação Acolhida é belíssima, resultado do trabalho dos nossos aguerridos defensores públicos federais na promoção de direitos humanos. É indescritível a honra de estar aqui.”, explicou.

O subdefensor público-geral federal, Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, também esteve no evento e destacou a emoção de ver o trabalho exposto na ONU. “Esses desenhos traduzem a esperança e a vontade dessas crianças em ter um futuro melhor. Realmente, ficamos muito felizes com essa oportunidade”, disse.

Macedo e Barbosa ressaltaram que a exposição foi colocada no principal espaço da ONU para a apresentação de exposições. O hall de entrada é onde passam todos os embaixadores dos diversos países que compõem a organização internacional. Também estiveram presentes na abertura da exposição o chefe da Assessoria Jurídica da DPU, João Panitz, e o assessor para casos de grande impacto social da instituição, Ronaldo Almeida.



DATAS HISTÓRICAS

Datas históricas importantes dos países da RIPAJ



ANGOLA

04/fevereiro - Dia da luta de Libertação Nacional
08/março - Dia Internacional da Mulher
04/abril - Dia da Paz
25/maio - Dia da África
17/Setembro - Dia do Herói Nacional
11/novembro - Dia da Independência Nacional



BRASIL

21/abril - Tiradentes
19/maio - Dia do Defensor Público
25/maio - Dia da África
07/setembro - Independência do Brasil
15/novembro - Proclamação da República



CABO VERDE

13/janeiro - Dia da Democracia
20/janeiro - Dia dos Heróis Nacionais
19/maio - Dia do Município da Praia
05/julho - Dia da Independência



GUINÉ-BISSAU

20/janeiro - Dia dos Heróis Nacionais
03/agosto - Dia dos Mártires da colonização
24/setembro - Dia da Independência
13/outubro - Final do Ramadão



GUINÉ EQUATORIAL

12/outubro - Dia da Independência
17/novembro - Dia de Santa Isabel



MOÇAMBIQUE

03/fevereiro - Dia dos Heróis Moçambicanos
07/abril - Dia da Mulher Moçambicana
25/junho - Dia da Independência
07/setembro - Dia dos Acordos de Lusaka
25/setembro - Dia das Forças Armadas



PORTUGAL

25/abril - Dia da Liberdade
10/junho - Dia de Portugal



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

04/janeiro - Dia Rei Amador
03/fevereiro - Dia dos Mártires
12/julho - Dia da Independência
06/setembro - Dia das Forças Armadas



TIMOR-LESTE

20/maio - Restauração da Independência
30/agosto - Dia da Consulta Popular
28/novembro - Proclamação da Independência

Expediente

Secretaria Administrativa da RIPAJ

Editorial, Revisão, Diagramação e Design: Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais da Assessoria Internacional da DPU

Tel: + 55 61 3318-4364; E-mail: internacional@dpu.def.br; Web: www.dpu.def.br/ripaj